

ENCENAÇÃO E PRODUÇÃO DE VÍDEO NO TRABALHO COM LITERATURA NO ENSINO MÉDIO

SOUTO, Carla Cristina Fernandes

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo
carla.souto@gmail.com

Resumo:

A proposta da comunicação é apresentar o trabalho com encenação e produção de vídeo no Ensino Médio como forma de estabelecer um diálogo mais próximo entre o aluno e a Literatura, como forma de discussão política e como forma de construção de um estudo crítico sobre o cânone literário. Partindo de algumas ideias de Beatriz Sarlo no artigo "Sete Hipóteses sobre a Videopolítica", que mostra como as transformações tecnológicas modificam a percepção da espacialidade e da temporalidade, pretendemos inserir a formatação da aula de Literatura neste debate. Outro autor que nos ajudará a discutir a questão é Néstor García Canclini, em "Popular, Popularidade". Ele argumenta sobre a construção do espectador que "o popular massivo é o que não permanece, não se acumula como experiência e nem se enriquece com o adquirido". Através de uma aula em que o aluno possa reencenar e reeditar o texto literário, experimentando diversos gêneros, torna-se possível organizar uma reflexão crítica construída de forma individual e coletiva sobre os textos literários e sua permanência e importância na cultura nacional, bem como sua inserção no universo cultural. Por fim, apontaremos alguns caminhos e sugestões em torno daquilo que se configurou como ausência em nossa própria formação.

Palavras-chave: Ensino Médio; Literatura; Encenação; Produção de Vídeo; Educação

1- INTRODUÇÃO

A educação tem um inegável caráter político, presente em todas as suas instâncias. Desde as escolhas de linhas pedagógicas, currículos, organização das turmas, estruturação das unidades de ensino, planejamento, avaliação, metodologia, conteúdos programáticos, atividades extra-curriculares, posicionamentos em sala de aula, tudo passa por alguma ideologia. O que está em jogo são as relações de poder, a manutenção da estrutura social.

O professor, por sua proximidade e contato maior com o aluno, acaba tendo um papel decisivo no debate sobre a ideologia que se esconde nas entrelinhas do sistema. Por tal razão, não se pode ignorar ou negar seu caráter político, sob o risco de tornar-se cada vez mais subserviente à manutenção do *status quo*. A posição do professor, como peça chave nessa combinação, resulta naturalmente no surgimento de diversos conflitos de poder na sua relação com os alunos.

Para equacionar a questão, o ideal seria que o docente assumisse um papel questionador, contestador, que despertasse no aluno um senso crítico, que estimulasse a sua capacidade de reflexão sobre a realidade e as ideologias que a atravessam, examinando os problemas com lucidez, buscando alternativas construídas em parceria, dissolvendo paradigmas empedrados.

Por outro lado, o ensino de Literatura tem um caráter de preservação do patrimônio cultural e do cânone que não pode ser ignorado. Um problema que se propõe em relação à sala de aula é como se equilibrar a inovação e a tradição.

Quando a educação é centrada em princípios técnicos e utilitários diante dos quais a escola determina como, o que e de que forma se deve aprender, a tendência é de afastar os discentes do processo de geração de conhecimento, de causar-lhes uma certa rejeição em relação ao ensino.

Quando a escola e o professor têm consciência de que estão imersos num sistema e numa ideologia mas não podem e não devem encará-los como petrificados, isso acaba se refletindo numa abertura maior com relação aos alunos.

Não se trata de desprezar conteúdos programáticos, ignorando a sua importância no contexto educativo. Trata-se sobretudo de discutir suas implicações na vida, de pensar e de proporcionar lugar para a investigação da realidade e a formação de um senso crítico, que não aceita as imposições vindas de fora sem raciocinar a respeito.

2- AULA DE LITERATURA

Assim, ao iniciar uma reflexão sobre a configuração e o planejamento da aula de Literatura no Ensino Médio com o uso da encenação e da produção de vídeo destacamos algumas ideias de Beatriz Sarlo no artigo "Sete Hipóteses sobre a Videopolítica" que comenta as transformações tecnológicas e seu impacto na forma de fazer a discussão política na sociedade.

A videoesfera é um espaço hegemônico em expansão. A dimensão simbólica do mundo social foi reorganizada com uma radicalidade e uma extensão somente comparáveis às mudanças causadas pela propagação maciça dos impressos que, como se sabe, foram um fator decisivo na construção da esfera pública moderna.¹

A educação precisa se adequar às exigências da sociedade contemporânea, que passa por uma série de modificações estruturais que nos obrigam a procurar caminhos que apontem para uma nova escolaridade. Portanto, um currículo não pode permanecer estático. Tem que responder às mudanças do corpo social, da economia e da sua própria natureza. É fundamental levar em consideração o desenvolvimento na compreensão do processo cognitivo, as transformações no trabalho, as novas tecnologias.

O planejamento das atividades em sala deve ter mobilidade e não pode ser distanciado da vivência diária. Ele precisa ser constantemente repensado e reestruturado para dar conta das necessidades e das situações novas que ocorrerem. Além disso, cada turma é um organismo vivo, que precisa ser tratado de uma maneira diferente da outra, de acordo com suas especificidades.

Quanto aos conteúdos programáticos, aos princípios técnicos e utilitários, não se pode de forma alguma relegar para segundo plano. Mas a sua importância só vai ser percebida pelo aluno no momento em que ele conseguir fazer as ligações entre o currículo escolar e a realidade, no instante em que ele entender quando, onde e porque as informações vão ser de fato necessárias e úteis.

As transformações tecnológicas são irreversíveis por várias razões: em primeiro lugar, porque desencadeiam processos sociais e produtivos com um impacto material tão forte quanto o simbólico; em segundo lugar, porque as transformações tecnológicas concernentes à dimensão cultural produzem

¹ SARLO, Beatriz. "Sete hipóteses sobre a videopolítica", 1997 b, p.129.

reformas não apenas técnicas, mas incorporam-se ao imaginário, convertidas em estilos culturais que se apresentam como a “natureza” dos discursos e das práticas.²

Saber ouvir o que o aluno tem a dizer e valorizar a sua experiência, trazendo-a para o ambiente da sala e colocando-a em perspectiva dentro do grupo é um caminho para a interação. Não se trata de parar naquilo que o aluno já tem, mas sim de usar essas chaves para abrir novas portas, fazer com que os *links* que o aluno fornece o conduzam a outros *links*, num processo reflexivo básico para a geração do conhecimento.

As transformações tecnológicas geram estilos, modificam a percepção da espacialidade e da temporalidade, produzem matrizes de atores, propõem o elenco dos gêneros públicos e privados. As transformações tecnológicas propõem os limites do possível formal que, uma vez instaurados, definem a dimensão simbólica do social. Elas são o motor dos sonhos coletivos, a forma dos desejos, o gênero dos discursos. Como tudo o que as sociedades produzem, são regidas pela possibilidade de mudança e pela obsolescência. A mudança não implica, entretanto, um retorno a formas prévias, porque a ampliação e a variação das possibilidades discursivas e práticas ficam inscritas como dados.³

O trabalho com a encenação e a produção de vídeo é uma tentativa de entrar na lacuna entre os conteúdos que precisam ser estudados na sala de aula em relação à literatura e as transformações tecnológicas que modificaram e continuam a modificar o cotidiano e a realidade de todos nós. A prática do professor precisa se apoderar das novas tecnologias ao mesmo tempo em que discute e atualiza o valor do texto literário.

3- CONSTRUÇÃO DE REPERTÓRIO

Uma questão importante a se pensar no tocante à educação é a construção de repertório do aluno, a sua formação como público leitor de textos literários. No livro *Culturas híbridas*, García Canclini argumenta que

Para o mercado e para a mídia o popular não interessa como tradição que perdura. Ao contrário, uma lei da obsolência incessante nos acostumou a que o popular, precisamente por ser o lugar do êxito, seja também o da fugacidade e do esquecimento. Se o que se vende neste ano continua sendo valioso no próximo, deixariam de ser comprados os novos discos e jeans. o popular massivo é o que não permanece, não se acumula como experiência e nem se enriquece com o adquirido.⁴

Como o professor pode mobilizar o aluno a ter a atenção voltada para os conteúdos da aula de literatura? Como gerar interesse pelo patrimônio cultural do país diante de um fenômeno de massificação das culturas que foi iniciado muito antes da criação de meios de comunicação eletrônicos?

A rigor, o processo de homogeneização das culturas autóctones da América começou muito antes do rádio e da televisão: nas operações etnocidas da conquista e da colonização, na cristianização violenta de grupos com religiões diversas — durante a formação dos Estados nacionais —, na escolarização monolíngue e na organização colonial ou moderna do espaço urbano.⁵

² SARLO, Beatriz. “Sete hipóteses sobre a videopolítica”, 1997 b, p. 130.

³ Ibidem.

⁴ GARCÍA CANCLINI, Néstor. “Popular, popularidade”, 1998, p. 261.

⁵ Ibidem, p. 255.

A própria Educação Básica no nível Médio ainda não atingiu a todos os segmentos da população brasileira, o que é mais um fator a gerar dificuldade. A proposta que se discute no presente trabalho é a aproximação dos conteúdos literários ao cotidiano do aluno, à vida e aos problemas que ele enfrenta através de um trabalho que o faça se apropriar da literatura e produzir seus próprios textos.

Conforme nos mostra Beatriz Sarlo⁶, a necessidade de uma discussão geral de ideias não é um capricho de intelectuais à moda antiga. O particularismo imediatista e o relativismo absoluto entregam o movimento da sociedade ao sabor de razões muitas vezes incompatíveis com o próprio princípio de respeito universal dos valores. No momento em que cada um persegue a sua felicidade sem pensar no restante, o resultado não é uma sociedade mais feliz e equilibrada. Além do mais, não podemos entregar as ideias gerais a uma fábrica que as cria no atacado, ou seja, os meios de comunicação audiovisuais. Precisamos nos apoderar dos seus instrumentos. Eles nos oferecem quase todas as ficções sociais que consumimos, disfarçadas na mais pura imparcialidade, beneficiados pelo rompimento dos grandes centros modernos de construção ideológica.

Acrescente-se que os saberes necessários à tomada de decisões em sociedades complexas como as atuais são numerosíssimos e extremamente sofisticados. Estar próximo a semelhantes saberes é fundamental quando se pretende mudar as produções da sociedade, embora eles não circulem nos meios de comunicação audiovisual senão enquanto fantasmas e alusões mortas. A perda de um sentido geral ocorre paralelamente à dificuldade dos saberes.

As sociedades estão cada vez mais informatizadas e comunicadas, do ponto de vista técnico, mas algumas questões essenciais parecem cada vez mais opacas: as decisões, então, ficam a cargo dos especialistas e seus padrões políticos. Ao mesmo tempo, a revanche do senso comum popular consiste em considerar esses mesmos políticos como incorrigivelmente corruptos.⁷

4- A VALORIZAÇÃO DA LITERATURA

No artigo “O direito à Literatura”, Antonio Candido expõe como pressuposto em relação aos direitos humanos o reconhecimento de que “o que é indispensável para nós é indispensável para o outro”⁸. Ao longo do artigo, discute o que são bens obviamente compressíveis e incompressíveis. No primeiro caso temos cosméticos, enfeites e roupas supérfluas; no segundo caso temos alimento, casa e roupa. As fronteiras entre o que é supérfluo e o que é indispensável são muito tênues, o mais importante é que não se podem levar em conta somente os bens materiais, mas também aqueles que dizem respeito à humanidade em nós, os que alimentam o espírito.

Mas a fruição da arte e da literatura estaria mesmo nesta categoria? Como noutros casos, a resposta só pode ser dada se pudermos responder a uma questão prévia, isto é, elas só poderão ser consideradas bens incompressíveis segundo uma organização justa da sociedade se corresponderem a necessidades profundas do ser humano, a necessidades que não podem deixar de ser satisfeitas sob pena de desorganização pessoal, ou pelo menos de frustração mutiladora. A nossa questão básica, portanto, é saber se a literatura é uma necessidade deste tipo. Só então estaremos em condições de concluir a respeito.⁹

⁶ SARLO, Beatriz. 1997 a, p. 177.

⁷ Ibidem, p. 178.

⁸ CANDIDO, Antonio. “O direito à literatura”, 2004, p. 172.

⁹ Ibidem, p. 174.

A ideia central do artigo é a tentativa de mostrar que a literatura é também um direito inalienável, na medida em que humaniza os indivíduos, fazendo a correspondência da necessidade do sonho com a necessidade de um universo fabulado, trazendo a possibilidade de viver dialeticamente os problemas.

A função da literatura está ligada à complexidade da sua natureza, que explica inclusive o papel contraditório mas humanizador (talvez humanizador porque contraditório). Analisando-a, podemos distinguir pelo menos três faces: (1) ela é uma construção de objetos autônomos como estrutura e significado; (2) ela é uma forma de expressão, isto é, manifesta emoções e a visão do mundo dos indivíduos e grupos; (3) ela é uma forma de conhecimento, inclusive como incorporação difusa e inconsciente.¹⁰

Em relação à educação, Cândido destaca a importância da literatura nos currículos, sublinhando o fato de que o contato com o objeto literário e artístico não é inofensivo.

Por isso é que nas nossas sociedades a literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo. Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática.¹¹

O direito à literatura defendido no artigo de Antonio Candido passa pelo direito de acesso aos diferentes níveis da cultura.

Portanto, a luta pelos direitos humanos abrange a luta por um estado de coisas em que todos possam ter acesso aos diferentes níveis da cultura. A distinção entre cultura popular e cultura erudita não deve servir para justificar e manter uma separação iníqua, como se do ponto de vista cultural a sociedade fosse dividida em esferas incomunicáveis, dando lugar a dois tipos incomunicáveis de fruidores. Uma sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável.¹²

5- O PAPEL DO EDUCADOR

Como educadores, a nossa responsabilidade pelo passado é tão grande quanto pelo presente, porque nele estão as injustiças não indenizadas e as tarefas não concluídas. Todo aquele que quiser criticar o presente precisa pensar no passado, que só se torna uma herança intolerável ao deixar de ser submetido a uma crítica radical. Numa sociedade em que o sentido absoluto do presente apoiado no mercado impera, a arte propõe uma experiência de limites. A arte deve ser incorporada à reflexão sobre a cultura, da qual foi desapropriada pelas definições amplas de cultura. Porque embora todas as manifestações culturais sejam legítimas e devam ser igualmente respeitadas, nem todas são iguais. As diferenças que integram uma cultura devem estar em condições de serem nomeadas, senão a liberdade cultural será um simples exercício feito pelas elites estéticas ou intelectuais.

6- AS AVALIAÇÕES NACIONAIS

¹⁰ CANDIDO, Antonio. "O direito à literatura", 2004, p. 176.

¹¹ Ibidem, p. 175.

¹² Ibidem, p. 191.

Um outro fator importante a se levar em conta são as avaliações nacionais do Ensino Médio. De acordo com a *Matriz de Referência para o ENEM 2009*¹³, há cinco eixos cognitivos comuns a todas as áreas do conhecimento: dominar linguagens, compreender fenômenos, enfrentar situações-problema, construir argumentação e elaborar propostas.

Quando o discente se apropria do texto literário, fazendo um trabalho com encenação e vídeo, ele passa por todos os eixos cognitivos que constituem o processo de avaliação do conhecimento. Trabalha diversos gêneros textuais e literários no processo de leitura e produção textual, compreende a Literatura como manifestação pessoal, social e cultural, cria argumentos para justificar a sua interpretação e elabora propostas de reorganização do texto em diferentes linguagens.

Para cada área de conhecimento são estabelecidas competências específicas. No caso de Literatura, estabeleceu-se como parâmetro para a avaliação do ensino a competência da área 5: “Analisar, interpretar e aplicar recursos expressivos das linguagens, relacionando textos com seus contextos, mediante a natureza, função, organização, estrutura das manifestações, de acordo com as condições de produção e recepção.”¹⁴ (INEP, p. 3).

Ao utilizar o vídeo e a encenação como forma de reelaborar o texto literário, o aluno precisa discutir os contextos de produção e recepção da obra, ao mesmo tempo em que a atualiza, trazendo-a para o seu tempo. Os recursos expressivos do texto são fundamentais para o desenvolvimento das tarefas, pois o aluno precisa entender o estilo dos autores e o uso dos recursos linguísticos para empreender a transposição para outra linguagem, já que terá que encontrar recursos expressivos equivalentes na encenação e no vídeo.

Dentro de cada competência são estabelecidas as habilidades, que em Literatura são três:

H15 - Estabelecer relações entre o texto literário e o momento de sua produção, situando aspectos do contexto histórico, social e político.

H16 - Relacionar informações sobre concepções artísticas e procedimentos de construção do texto literário.

H17 - Reconhecer a presença de valores sociais e humanos atualizáveis e permanentes no patrimônio literário nacional.¹⁵

No momento em que o discente precisa produzir uma encenação ou vídeo com a obra literária ele acaba desenvolvendo tais habilidades, já que o novo texto que irá produzir pode criar vínculos com o original de diversas formas, seja pelo contexto, pelos seus procedimentos de construção ou ainda pela presença de valores humanos e sociais.

7- PRÁTICA NA SALA DE AULA

Podemos tomar como exemplo a sequência didática do trabalho com os poemas de Carlos Drummond de Andrade na obra *A rosa do povo*¹⁶. O ponto de partida escolhido foi a apresentação do autor em relação ao contexto modernista, bem como a apresentação do livro e sua relação com o estilo e a obra de Drummond. Logo em seguida, iniciou-se a leitura em sala de aula de poemas escolhidos para analisar o que foi apresentado teoricamente. O próximo passo foi apresentar cenas do filme brasileiro de Paulo Thiago *O vestido*¹⁷, baseado

¹³ INEP, p. 1.

¹⁴ Ibidem, p. 3.

¹⁵ Ibid.

¹⁶ ANDRADE, Carlos Drummond de. 2001.

¹⁷ THIAGO, Paulo. 2003.

no poema narrativo “Caso do vestido”. Em seguida, foi feita a proposta de trabalho com encenação e/ou vídeo para os alunos.

Os objetivos do trabalho eram: a leitura completa do livro *A rosa do povo* (muitos poemas já haviam sido lidos e discutidos em sala de aula), a escolha pelo grupo de trabalho de um dos poemas, a interpretação do poema pelo grupo e a transposição para uma outra linguagem. A maior parte das aulas foi usada na leitura e análise dos poemas, com discussão aberta a todos e propostas de interpretação, já que é preciso que o aluno se aproprie do texto literário, consiga interpretá-lo e analisá-lo para somente então produzir seu próprio texto adaptado.

Dois exemplos do resultado do trabalho podem ser encontrados no *You Tube*. No primeiro¹⁸, o poema escolhido foi “Mas viveremos”. Um dos alunos do grupo faz uma excelente leitura do poema enquanto uma sequência de imagens cuidadosamente escolhida aparece no vídeo. A sincronização das imagens com o texto e as diferentes velocidades da leitura em sintonia com as diferentes velocidades das imagens deixam entrever a interpretação que os alunos criaram para transpor o poema para a linguagem digital.

No segundo exemplo¹⁹, o poema escolhido foi “Morte do leiteiro”. Os alunos usaram a leitura do poema feita por Paulo Autran disponível na internet para compor a parte sonora do vídeo. Para produzir as imagens, usaram um filme antigo em preto e branco do Rio de Janeiro, que depois mesclaram com a encenação de dois membros do grupo, toda filmada nas dependências do IFSP (antigo CEFET SP), também em preto e branco. No final do vídeo, para mostrar a mistura do leite com sangue as imagens ficaram coloridas.

Comparando-se as escolhas dos alunos para a realização do vídeo do trabalho, pode-se dizer que seguiram uma lógica de adequação interessante. No primeiro poema, a combinação entre a leitura e as imagens traduz a ênfase no caráter lírico que a interpretação pretendeu dar, expressando as emoções, buscando tocar o espectador. O caráter narrativo do segundo poema favoreceu a escolha pela encenação, que apoiando-se na brilhante leitura do ator Paulo Autran, realizou-se de forma mais sóbria, contida.

No primeiro trabalho, pode-se dizer que o grupo usou as três habilidades de literatura do ENEM²⁰, já que as imagens escolhidas referem-se ao contexto de produção do texto de Drummond e à presença de valores humanos atualizáveis nas obras, enquanto a construção estilística do poema se reflete no tom de voz e nas diferentes velocidades da leitura. O segundo trabalho parece relacionar-se mais aos valores humanos e ao contexto de produção, mas a escolha da utilização da voz de um ator profissional valoriza a leitura como reconstrução estilística.

8- A FORMAÇÃO DO PROFESSOR

O último fator que será discutido no trabalho é o problema da formação do professor que irá trabalhar no Ensino Médio. Em geral, no início de carreira, qualquer profissional tende a reproduzir os conhecimentos de uma forma bem semelhante àquela que recebeu em sala de aula. Com o tempo e o enfrentamento dos problemas, uma parte dos profissionais procura novos caminhos, seja pela busca e criação de soluções inovadoras, seja pela busca de formação continuada. Por outro lado, oprimidos por baixos salários e falta de condições

¹⁸ YOU TUBE. Disponível em: <http://youtu.be/goh11mEn30I>. Acesso em: 31 out. 2011.

¹⁹ YOU TUBE. Disponível em: <http://youtu.be/AN2-8MTXj8I>. Acesso em: 31 out. 2011.

²⁰ H15, H16 e H17.

mínimas de trabalho, boa parte dos profissionais permanece apenas reproduzindo conteúdos sem uma análise crítica mais profunda.

A questão que se impõe no tocante à formação dos professores é a mesma que foi discutida em relação à formação dos alunos do Ensino Médio. Como fazer com que os futuros professores de Literatura se aproximem dos conteúdos, atualizando-os, discutindo a importância da tradição e da ruptura, conseguindo fazer uma interpretação dos textos que resgate o seu papel humanizador e não somente repita o que os críticos do passado já fizeram, sem repensar o seu significado no presente.

Analisando a minha própria formação em Letras na UFRJ, composta por duas etapas distintas, que conferem inclusive dois certificados diferentes: bacharel e licenciado, já posso apontar o primeiro problema. As disciplinas teóricas da graduação e as disciplinas teóricas da licenciatura, no meu caso específico cursadas inclusive em endereços diferentes no Rio de Janeiro — a Faculdade de Letras (Ilha do Fundão) e a Faculdade de Educação (Urca) — acabaram não dialogando entre si, como se um estudo voltado para a prática da sala de aula não fosse tão importante. Os conteúdos de fato voltados para a prática na própria Faculdade de Educação também não recebiam muita ênfase, pois a maioria das disciplinas da área de educação eram cursadas em turmas com alunos de outras licenciaturas.

Se por um lado algumas discussões ficavam muito interessantes, pois eram baseadas no ponto de vista de discentes de diferentes cursos, por outro lado acabavam sendo demasiadamente teóricas, pois não levavam em consideração as especificidades de cada licenciatura.

Ao final da graduação e da licenciatura, eu tinha uma sensação reconfortante em relação ao estudo dos conteúdos teóricos, mas um sentimento de total imprevisibilidade no tocante à sala de aula. O modelo de estágio supervisionado que cumpri não esclareceu quase nada em relação ao que eu precisaria para enfrentar o mundo do trabalho, já que a maioria das horas eram de observação de aulas, o que em quase nada diferia da vida escolar que todos nós tivemos.

Como pudemos escolher a escola para o estágio, escolhi uma escola pública de Ensino Médio situada no bairro de Deodoro. O professor cujas aulas acompanhei também era professor universitário da Faculdade de Letras da UFRJ. Ele me concedeu até um espaço maior em quantidade de aulas do que os meus colegas tiveram para apresentar a parte final do estágio, que era de co-participação, utilizando inclusive as notas da avaliação do trabalho com redação que eu fiz na turma de Ensino Médio.

Em compensação, o professor da Faculdade de Educação que era responsável pelo estágio “supervisionado”, apesar de nos ter autorizado a escolher escolas “da comunidade” (o que no Rio de Janeiro poderia ser traduzido como bairros com problemas de segurança e infraestrutura), nem sequer compareceu no dia da minha aula final, “avaliando-me” sem ter presenciado o meu trabalho e sem ter ao menos conversado com o professor com quem fiz o estágio. A nota 8,0 que obtive não foi respaldada por nenhum embasamento crítico, o que reforçou a sensação de que quando eu tivesse que enfrentar sozinha os meus próprios alunos e os problemas relativos ao ensino eu teria que aprender tudo desde o início e sem nenhum amparo.

Foi o que realmente aconteceu. Iniciei meu trabalho na docência no ano de 1995. Embora eu tenha terminado a graduação e a licenciatura em 1992, em vez de procurar uma escola para o efetivo exercício da profissão, ingressei primeiro no mestrado, talvez já prevendo que a formação que tive, apesar de muito boa na parte teórica, não daria conta dos problemas práticos, além de pouco ter estimulado a questão da pesquisa, tão fundamental no trabalho do professor.

Quando finalmente decidi começar a lecionar, já tinha finalizado os créditos do mestrado e prestei um concurso para a prefeitura do Rio de Janeiro, cujas escolas só atendiam

ao Ensino Fundamental. No meu caso os atuais 6º ao 9º ano (antigas 5ª a 8ª séries). Nada do que eu havia visto na universidade me preparou para o fato de que eu teria que lidar com alunos com dificuldades graves de letramento, além de violência e profundos problemas sociais. Nenhuma das aulas a que assisti como aluna de graduação me instrumentalizava com modelos de leitura e interpretação de texto compatíveis com o nível de ensino em que eu precisava atuar.

Aprendi a trabalhar com projetos me inscrevendo em todas as instâncias de formação continuada da própria prefeitura, adaptando o que recebia para a realidade da escola em que lecionei. Na universidade nunca discuti os problemas relativos à escolha do livro didático, à formulação de enunciados, aos modelos de avaliação do ensino. Na Faculdade de Educação foi tudo muito superficial, na Faculdade de Letras não foram tópicos mencionados. Como então pensar no currículo de um futuro professor que o instigue a pensar na realidade de sua carreira ainda durante a sua formação e não somente no momento em que é soterrado pelos problemas do mundo real?

9- O CURRÍCULO DE LICENCIATURA

Alguns parâmetros importantes foram discutidos na *Carta de Natal*²¹, documento elaborado no I FONALIFES (I Fórum Nacional das Licenciaturas dos Institutos Federais), que ocorreu na cidade de Natal, no ano de 2010 com o intuito de discutir a identidade dos cursos de licenciatura nos Institutos Federais.

Em relação à gestão dos Institutos, quatro itens contemplam o que estamos discutindo:

- e) Integração das dimensões teoria e prática que fazem parte do PPC em atendimento às políticas educacionais, através de intervenções nas instâncias instituídas. (...)
- l) Articulação entre a rede federal e as redes de ensino da Educação Básica pública de forma a incrementar as atividades de ensino, pesquisa e extensão das licenciaturas.
- m) Criação de condições para que os estágios curriculares tenham acompanhamento efetivo. (...)
- p) Estabelecimento de uma política nacional de formação continuada para os professores da rede, preferencialmente na forma de *stricto sensu*, com normatização definida localmente para liberação do docente.²²

No tocante à formação dos futuros professores, os itens que perpassam a temática que analisamos são os seguintes:

- a) Construção de um processo contínuo de formação dos formadores abrangendo ensino, pesquisa e extensão, na perspectiva das políticas de inclusão social. (...)
- c) Fortalecimento e incentivo à formação e consolidação dos grupos de pesquisa em ensino na rede.²³

Quanto às questões pedagógicas, podemos destacar quase todos os itens:

- a) Concepção do processo de formação pedagógica que fortaleça a indissociabilidade das ações teórico - práticas nas licenciaturas.
- b) Compreensão da formação pedagógica como componente indispensável à formação dos alunos dos cursos de licenciatura dos IFs. (...)

²¹ I FONALIFES, 2010.

²² I FONALIFES, 2010, p. 2-3.

²³ I FONALIFES, 2010, p. 3.

- d) Definição da essência das licenciaturas (não constituir licenciaturas que estejam mascarando bacharelado).
- e) Formar professores que tenham em mente a tríade ensino, pesquisa e extensão na prática docente.
- f) Cursos de licenciaturas que fomentem a crítica aos arranjos produtivos locais, que respondam às demandas da educação profissional e que se vinculem efetivamente às ciências.
- g) Redefinição do estágio como processo contínuo de reflexão e diagnóstico da realidade onde o licenciado irá atuar, confrontando com as teorias produzidas no curso e produzindo novos conhecimentos.
- h) Superação da visão tradicional de formação docente, através da valorização da prática, do estágio e dos demais referenciais necessários para o exercício da docência na perspectiva da transformação social.
- i) Fomento ao desenvolvimento de projetos que articulem a participação dos discentes nos espaços educativos formais e não formais.²⁴

O item (j) trata especificamente da construção do projeto pedagógico de cada licenciatura, portanto, é fundamental:

- j) No Projeto Pedagógico dos cursos de licenciatura, devem ser considerado(a)s:
 - formação de professores que privilegie a práxis e a autonomia, a criticidade e a criatividade, através da pesquisa como princípio político educativo;
 - domínio de conhecimentos específicos de cada curso e sua articulação com as demais áreas do conhecimento e do processo ensino-aprendizagem;
 - percepção da pesquisa científica como princípio orientador na formação do professor;
 - articulação de conhecimentos específicos com os conhecimentos e as práticas pedagógicas desde o início dos cursos;
 - conhecimentos específicos trabalhados de maneira mais abrangente;
 - inclusão de componente curricular de produção de imagem, pensando na redação em vídeo necessária aos surdos;
 - inclusão nos componentes curriculares das orientações étnico-raciais e as minorias sociais (EJA, EAD, Libras);
 - atendimento à relação professor/aluno de acordo com as especificidades dos cursos.²⁵

10- CONCLUSÃO

Embora saibamos que a formação docente jamais poderá abarcar a totalidade dos problemas que o futuro professor enfrentará na sala de aula, acreditamos que o conjunto de sugestões e diretrizes contruído coletivamente durante o Fórum de Natal claramente busca aproximações maiores entre a teoria e a realidade das escolas. Portanto, para concluir momentaneamente o presente estudo, que na realidade deve ser uma pesquisa permanente de cada professor, podemos apontar três diretrizes essenciais.

A primeira delas é a necessidade de que cada aluno de licenciatura seja desde o início do curso um pesquisador, não só dos conteúdos disciplinares, mas também das práticas em sala de aula.

²⁴ I FONALIFES, 2010, p. 4.

²⁵ I FONALIFES, 2010, p. 4-5.

A segunda é que as disciplinas ligadas à prática de ensino sejam componentes curriculares de todos os semestres do curso de licenciatura e que tenham ligação direta com as disciplinas teóricas trabalhadas em cada semestre do curso.

A última e não menos importante é que os professores de cada disciplina teórica dos cursos de licenciatura sempre façam a interface entre os conteúdos que estão discutindo e a realidade do aluno como discente e também como futuro docente, abrindo espaço para discussão e reflexão.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Carlos Drummond de. *A rosa do povo*. 23. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Record, 2001.

CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. São Paulo / Rio de Janeiro: Duas Cidades / Ouro Sobre Azul, 2004.

I FONALIFES. *Carta de Natal*. Disponível em: <http://www.ifrn.edu.br/fonalifes> . Acesso em: 27 dez. 2010.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Culturas Híbridas*. São Paulo: EDUSP, 1998.

INEP. *Matriz de referência para o ENEM 2009*. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2009/Enem2009_matriz.pdf . Acesso em: 31 out. 2011.

SARLO, Beatriz. *Cenas da vida pós-moderna*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997 a.

_____. *Paisagens imaginárias*. São Paulo: EDUSP, 1997 b.

THIAGO, Paulo. *O vestido*. 120 min. Brasil: Columbia home video, 2003.

YOU TUBE. *Mas viveremos*. Disponível em: <http://youtu.be/goh11mEn30I> . Acesso em: 31 out. 2011.

_____. *Morte do leiteiro*. Disponível em: <http://youtu.be/AN2-8MTXj8I> . Acesso em: 31 ago. 2011.